

34° Encontro Anual da ANPOCS
Caxambu, MG – 25 a 29 de outubro de 2010

ST13 - Grupos dirigentes e estruturas de poder

RECRUTAMENTO, VALORES E PADRÕES DE AÇÃO POLÍTICA
DA ELITE EMPRESARIAL

Icaro Gabriel da Fonseca Engler (*Universidade Federal do Paraná*)

Paulo Roberto Neves Costa (*Universidade Federal do Paraná*)

Tiago Junior Roks (*Universidade Federal do Paraná*)

RECRUTAMENTO, VALORES E PADRÕES DE AÇÃO POLÍTICA DA ELITE EMPRESARIAL

Icaro Gabriel da Fonseca Engler (*Universidade Federal do Paraná*)

Paulo Roberto Neves Costa (*Universidade Federal do Paraná*)¹

Tiago Junior Roks (*Universidade Federal do Paraná*)

Resumo: Esta comunicação apresenta os resultados de pesquisa realizada pelo *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira* da UFPR e que teve como objetivo estudar a origem social, a trajetória, os valores e os padrões de ação política da elite empresarial, tomando por referência o caso do Paraná, porém em perspectiva comparada. Entendemos que o uso de metodologias típicas dos estudos sobre elites políticas, articuladas à análise da cultura política e das ações políticas no estudo do empresariado pode contribuir para uma melhor caracterização dos líderes empresariais e em particular no que diz respeito à relação entre este grupo social e o funcionamento da democracia e de suas instituições.

Introdução

Esta comunicação apresenta parte dos resultados das pesquisas *Quem governa? Mapeando as elites políticas e econômicas no Paraná contemporâneo* e *Elite empresarial e democracia no Brasil: questões de teoria e método*, vinculadas ao *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira* da UFPR, e que tratam de questões relativas ao recrutamento, às atitudes políticas e aos padrões de ação política da elite empresarial brasileira, no nível nacional e regional, mais particularmente no Paraná. Nesse sentido, busca contribuir para a compreensão do processo de formação de parte importante dos representantes políticos do empresariado e das suas diversas formas de organização e comportamento político.

O objetivo é articular no estudo da elite empresarial um grupo de variáveis relacionadas a estas três dimensões contempladas nas pesquisas acima referidas. Para tanto, em relação ao recrutamento, consideramos a origem social, a escolaridade e as instituições de ensino e os cursos pelos quais os membros desta elite passaram e sua trajetória de ocupação de cargos em outras entidades ou órgãos públicos. Quanto às atitudes políticas, verificamos as concepções de democracia, o grau de confiança nas instituições políticas e a posição frente à reforma política. Por fim, em relação aos padrões de ação política, averiguamos os aspectos gerais de suas estratégias de defesa de interesses frente ao conjunto do empresariado e ao Estado, bem como as ações que se

¹ Este texto faz parte das atividades relacionadas à Bolsa de Produtividade do CNPq.

pretende adotar em relação aos candidatos aos cargos que estão em disputa nas próximas eleições. A respeito das atitudes políticas e aos padrões de ação política, cabe acrescentar que buscamos levantar não apenas as respostas, mas também as justificativas que os respondentes davam às suas escolhas. Voltaremos a esta questão mais adiante.

Quanto ao objeto, contemplamos as principais entidades de representação de interesses empresariais da capital e algumas do interior do estado do Paraná e entrevistamos seus atuais presidentes a partir de um questionário padrão com questões fechadas e abertas. As pesquisas que servem de base para esta comunicação permitem também algumas comparações com os presidentes de entidades de âmbito nacional e, através de literatura disponível, com a elite empresarial de outros países.

Este texto se divide nas seguintes partes: as questões teóricas e metodológicas subjacentes; os resultados gerais da pesquisa e, por fim, nossas considerações finais.

1 – As questões teóricas e metodológicas do estudo da elite empresarial

Em primeiro lugar, convém estabelecer o conceito de elite empresarial subjacente à pesquisa e a esta comunicação². Em geral, quando se fala em *elite*, pensa-se principalmente no critério do *poder*. Isso significaria que, em termos de uma elite cuja característica é pertencer ao grupo dos que exercem importantes atividades econômicas, no caso, o empresariado, estaríamos nos referindo àqueles que possuem *grande poder econômico*, seja enquanto proprietários, seja na forma de gerentes. Embora possa ser útil e pertinente, para os nossos objetivos este recorte é problemático, dado que reduz a questão do poder à propriedade e ao controle de meios de produção, deixando de lado outras questões igualmente complexas e relevantes, em especial aquelas relacionadas às idéias, à ação e à representação políticas.

Para ilustrar nossas proposições, podemos mencionar o interessante trabalho de Pahl e Winkler (1974) sobre a “*economic elite*” na Europa, cujos objetivos são de, de um lado, apreender as implicações para as “teorias macro-sociológicas das elites” de um estudo sobre os diretores de companhias, verificando a forma como eles concebem e resolvem o seu papel na empresa, e, de outro, discutir sobre as elites e o poder na sociedade em geral. Desta forma, estão ausentes deste enfoque sobre a “elite econômica” as questões relacionadas a outro tipo de *poder*, para além do econômico: o poder político.

² Uma primeira versão desta discussão foi apresentada em Engler e Costa (2008).

Isso implicaria também em desconsiderar a análise de muitos agentes do próprio empresariado cuja relevância pode até se dar mais em função de fatores políticos do que de aspectos econômicos ou gerenciais³.

A questão do poder político nos remete a dois tipos de capacidades por parte dos membros desta *elite*: a de se constituir como o dirigente mais importante de uma instituição de representação de interesses empresariais e, em função desta condição, a de exercer algum tipo de *influência* sobre os órgãos e centros de decisão política do Estado. Portanto, poder *para fora* das empresas, independentemente da posse ou do controle sobre o grande capital.

Um estudo sobre uma *elite econômica* estritamente a partir do atributo da propriedade ou da capacidade de gerenciar grandes empresas deixaria de lado exatamente uma questão fundamental da constituição do grupo do qual se estabelece uma *elite*, em especial quando se trata de democracia, ou seja, os valores políticos, a ação e a representação política.

Em suma, na tentativa de superar estas limitações é que estamos usando a noção de *elite empresarial* e recortando o nosso objeto. Em relação à *elite empresarial*, procura levar em conta a importância das *variáveis políticas*, ou seja, de suas características enquanto *elite política*: de um lado, por ser composta por aqueles que exercem a representação política dos interesses de seus pares frente ao Estado e aos demais grupos da sociedade e, de outro, por ser portadora de um conjunto de valores políticos representativos da classe social da qual fazem parte.

A análise da cultura política da elite política de um grupo que possui relevante poder econômico se articula com a consideração da ação política concreta desta elite e das entidades que dirigem. Desta forma, em relação ao objeto, a escolha dos entrevistados foi guiada pelo método posicional, utilizado tanto em estudos clássicos (MILLS, 1985; MILIBAND, 1982), quanto em pesquisas mais recentes sobre o caso brasileiro (CARVALHO, 1996; LOVE, 1982), e localiza a elite empresarial a partir do critério da posição de maior relevância na direção das instituições que representam os interesses do empresariado, levando em conta a diversidade dos formatos institucionais que caracterizam esta representação no Brasil.

³ Para os nossos objetivos, isso é importante por que este recorte utilizado por Pahl e Winkler também está presente nos estudos pioneiros e recentes da sociologia do empresariado no Brasil. Ver Cardoso (1964 e 1967), Martins (1968) e Diniz e Boschi (2007).

Feitas as considerações sobre o conceito de *elite*, *elite empresarial* e *método posicional*, faz-se necessário voltarmos nossa atenção aos temas fundamentais nos estudos sobre elites, quais sejam: recrutamento, valores políticos e padrões de ação política.

A importância de se estudar o recrutamento por parte das elites diz respeito ao processo de escolha dessa minoria. Em resumo, as questões que regem esses estudos são: quais os atributos e condicionantes de acesso a posições de elite? Quais são as “avenidas” que um indivíduo deve seguir para chegar a determinadas posições de mando?

Em geral, os estudos de recrutamento se apóiam em dois itens, chamados por Keller (1971) de *atributos adstritos* e *atributos conquistados*. O primeiro se refere às propriedades *naturais* dos indivíduos, aquelas com as quais eles já nasceram e que permanecem acopladas a eles ininterruptamente, quais sejam: idade, gênero, cor e religião. Embora esses atributos não possam ser vistos como determinantes de acesso, eles funcionam como filtros de seleção dos componentes. Segundo a autora, as elites tendem a ser mais homogêneas com relação aos atributos *adstritos* do que com relação aos *conquistados*, que são os adquiridos e aperfeiçoados pelos indivíduos ao longo da sua vida, tal como escolaridade e ocupação.

Em síntese, a análise destas questões fornece elementos para pensar a *homogeneidade* e *coesão* das elites. Permite compreender também em que medida vigora um *recrutamento aberto* ou *recrutamento fechado* (GIDDENS, 1974). Isso é importante, pois permite saber quão elitista ou democrática é a sua forma de seleção. Em outras palavras, em que medida elas se abrem às classes mais privilegiadas ou às classes que ocupam posições mais baixas na sociedade.

Embora as variáveis relacionadas ao recrutamento nos forneçam inúmeras informações sobre os indivíduos com posição de elite, elas vão um pouco além disso, fornecendo elementos que revelam aspectos importantes a respeito do funcionamento e estrutura da sociedade. Segundo Putnam (1976), a análise sobre o recrutamento de elites pode dizer mais sobre a *sociedade* na qual os seus membros são recrutados do que propriamente sobre sua constituição enquanto elite. Deste modo, estudos diacrônicos funcionarão como um “sismógrafo” social, onde as mudanças ao longo do tempo na constituição das elites forneceriam um indicador de modificações sociais mais profundas.

Passando agora ao que diz respeito ao estudo de cultura política, é necessária ao menos uma breve abordagem do tema. A cultura política geralmente aparece como um

conjunto de atitudes ou orientações acerca de um conjunto de assuntos políticos. Em *Poliarquia*, Robert Dahl chama atenção para o fato de que “a cultura política funciona como um aparato cognitivo a partir do qual os indivíduos se orientam no mundo”. Esse é o principal pressuposto da cultura política. Os *valores políticos* orientam a ação ou o *comportamento* dos indivíduos.

Como citado anteriormente, os trabalhos clássicos sobre cultura política ou valores políticos se voltam especialmente para o conjunto da sociedade ou dos eleitores, como é o caso dos inúmeros trabalhos que procuram explicar o comportamento eleitoral. Porém, quando se estuda valores políticos de uma determinada elite, uma questão logo se apresenta: a cultura política de grupos mais restritos, como as elites, é mais ou menos articulada quando comparada com o conjunto da população em geral?

Primeiramente, não é difícil supor que a cultura política por parte de uma elite seja mais articulada, posto que se trata de um grupo que ocupa espaços de poder estratégicos. Em segundo lugar, vale lembrar que os valores políticos agem no sentido de estruturar as decisões tomadas por esses indivíduos. Inclusive, isso deve ser levado em consideração, pois estamos nos referindo a um grupo que possui uma ação política mais intensa do que outras partes menos favorecidas da população. A tese central é a de que ao lado de um recrutamento diferenciado e do contexto institucional em que agem, esses indivíduos são freqüentemente submetidos a tomadas de decisões de ampla repercussão, diversas, portanto, daquelas tomadas pela população em geral.

2 - Aspectos metodológicos do estudo sobre a elite empresarial paranaense

Esta parte do trabalho apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Serão abordados especialmente os critérios que guiaram a definição do universo utilizado na pesquisa. O uso do método posicional necessariamente nos obriga a identificar os membros da elite empresarial a partir da entidade empresarial em que atuam. Para isso, consideramos as principais entidades de representação empresarial do Paraná. Cabe ressaltar que utilizamos para a caracterização das entidades o seu auto-posicionamento, que consiste na maneira pela qual a própria entidade se define em termos de atuação e representação. Foram consideradas entidades de representação empresarial tanto de caráter sindical como associativo e de vários setores econômicos.

Fica evidente que toda escolha metodológica possui algum grau de arbitrariedade. Por que escolher essas entidades e não outras? Essa questão nos remete diretamente ao

critério usado para a definição das entidades abarcadas pelo estudo. O critério freqüentemente usado é o do poder político, sempre conferido em função de variáveis econômicas, como por exemplo, a parcela do produto interno bruto (PIB) que supostamente essas entidades representam. Isso significaria que quanto mais poder econômico uma entidade representa, mais poder político ela possui. O que pode não ser verdadeiro, já que uma entidade pode pretender representar um setor com grande poder econômico e mesmo assim ser mal sucedida em suas demandas, e vice-versa. Entretanto, o peso econômico não pode ser desconsiderado, mas também não pode ser tomado sem estudos de caso que se voltem para a ação política dessas entidades, permitindo assim explicar a relação entre poder econômico e poder político (COSTA, 2007).

Posto isso, optamos por definir o universo de análise a partir de dois recortes: 1) setor do qual a entidade faz parte (indústria, comércio e serviços) e 2) a natureza da entidade, associativa ou sindical (associações, sindicatos, federações e confederações).

Os dados que serão utilizados referem-se às respostas dadas pelos presidentes das seguintes entidades:

- Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas – APEOP, fundada em 1960 e representa o setor de empreiteiras e infra-estrutura;
- Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP, fundada em 1959, representa atualmente 288 associações comerciais e mais de 40 mil empresas;
- Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP, fundada em 1965, defende a categoria econômica rural, sindicatos e produtores rurais, representa 178 sindicatos;
- Federação do Comércio do Estado do Paraná – FECOMERCIO, fundada em 1948, representa o setor de comércio, serviços e turismo;
- Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estado do Paraná e Mato Grosso do Sul – SINDISEG PR/MS, fundada em 1952, representa o setor de seguros⁴.

⁴ Entre as empresas que fazem parte desta entidade estão: Ace Seguradora, Allianz Seguros S/A, Azul Seguros, Bradesco Auto/Re Cia de Seguros, Bradesco Previdência e Seguros, Bradesco Saúde, Bradesco Seguros, Capemisa, Vida e Previdência, Centauro Vida e Previdência, Cesce Brasil Garantias e Créditos, Chubb do Brasil Cia de Seguros, Generali do Brasil Cia Nacional de Seguros, Hdi Seguros S/A, Hsbc Seguros (Brasil) S/A, Itaú Seguros, J. Malucelli Seguradora, Liberty Paulista Seguros, Mapfre Seguros, Marítima Cia de Seguros Gerais, Metlife Cia de Seguros, Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, Previdência

Os dados foram obtidos através de entrevistas pessoais com base em um questionário padrão com questões fechadas e abertas. O questionário foi dividido em três blocos: i) perfil e trajetória política, ii) cultura política e atitudes e iii) ação política e comportamento. No bloco de perfil e trajetória foram analisados itens relativos aos estudos sobre *recrutamento*, elaborado a partir das seguintes questões: data e local de nascimento, religião, cor ou raça, ocupação, nível de escolaridade, ocupação do pai, nível de escolaridade do pai, ocupação em cargos públicos, eletivos ou não, *é/foi* presidente ou membro de outras entidades, *é/foi* filiado a partidos políticos. Já em relação ao bloco de cultura política, os seguintes pontos foram abordados: concepção sobre os aspectos gerais da democracia, funcionamento e confiança nas instituições democráticas, consolidação da democracia no Brasil e opiniões frente à reforma política. No último bloco, procuramos analisar o padrão de ação política, abordando questões que captem alguns aspectos do comportamento político das entidades. Abordamos nesse ponto questões sobre representação dos interesses, relações entre as entidades e as instituições estatais, incluindo o *lobby*, e a forma de ação das entidades no contexto das eleições de 2010.

Na sua maior parte, os estudos sobre as atitudes políticas das elites políticas, ou mesmo da população em geral, possuem uma natureza quantitativa, ou seja, procura-se verificar as variações e a dinâmica das opiniões em relação a assuntos variados. Embora forneça uma série de dados muito importantes, a pesquisa quantitativa não permite verificar de forma mais detalhada os fundamentos e as causas das atitudes e suas possíveis implicações sobre as ações políticas.

Neste sentido, nossa pesquisa buscou verificar algo que não havia sido contemplado em outras pesquisas anteriores a respeito da elite empresarial no Brasil⁵, ou seja, *as justificativas e as fundamentações* para as avaliações e posicionamentos, enfim, para as atitudes e as ações da elite empresarial frente à democracia no Brasil nos dias de hoje.

Para tanto procuramos verificar não apenas os aspectos quantitativos de variáveis como o grau de adesão, as concepções de democracia e as avaliações sobre o funcionamento das instituições democráticas no Brasil e suas perspectivas, mas também,

do Sul Cia de Seguros, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A, Sul América Cia Nacional de Seguros, Tokio Marine Brasil Seguradora S/A e Zurich Minas Brasil Seguros.

⁵ Ver CARDOSO (1964 e 1967), COSTA (2005a, 2005b e 2007) e COSTA e ENGLER (2008).

e, sobretudo, as suas justificativas. Estas nos permitiram tanto ultrapassar os limites de levantamentos de natureza quantitativa, quanto também contribuir para a fundamentação e o aprimoramento de uma estratégia de análise da cultura política e da ação política do empresariado. Entendemos que este percurso é fundamental para se construir bases teóricas e metodológicas para o estudo da elite empresarial, como também, e principalmente, do grupo ou classe social que lhe é subjacente.

3 - Os atributos adstritos e adquiridos da elite empresarial paranaense

Como visto anteriormente, os atributos adstritos funcionam como um primeiro filtro pelo qual os indivíduos devem passar. Podemos dizer que esses atributos funcionam mais no sentido de favorecer e não de determinar o acesso de indivíduos a posições de poder. Vimos também que as elites tendem a ser mais homogêneas com relação aos atributos adstritos do que com relação aos adquiridos.

A partir dos dados sobre idade, gênero, cor e religião, podemos dizer que a elite empresarial paranaense é formada predominantemente por homens, brancos, católicos e com uma faixa etária entre 50 e 80 anos. A predominância desses atributos sugere que a posse desses atributos torna o acesso à elite empresarial mais fácil.

Quanto aos atributos adquiridos da elite empresarial paranaense, consideramos a escolaridade, a ocupação e a trajetória na formação educacional. Atributos como escolaridade (nível, curso e instituição) abundam na bibliografia sobre elites e são considerados itens de elevada importância. A partir desses dados podemos verificar uma gama de informações que dizem respeito à mobilidade social, se há cursos que favorecem a entrada dos indivíduos a posições de elite, se determinadas instituições de ensino funcionam como lugar de socialização política capaz ou não de produzir uma elite homogênea.

Em relação à escolaridade, a elite empresarial paranaense figura com um índice de educação altamente elevado. De acordo com os dados obtidos, todos os entrevistados possuem ensino superior completo, sendo que destes, três possuem pós-graduação. Ainda quanto à formação acadêmica dos entrevistados, o curso de Engenharia consta em 2 dos 4 currículos analisados, seguido pela graduação em Ciências Econômicas com 2 e graduação em Direito com 1. Quando relacionado o nível de educação dos filhos em relação aos pais, percebemos que praticamente não houve mobilidade *educacional*, visto que apenas um dos pais não possuiu grau universitário. Por último, no que diz respeito às

instituições de ensino superior frequentadas, tem-se a Universidade Federal do Paraná também com a quase totalidade dos casos, com 4 das 5 instituições de ensino. A elite empresarial paranaense representa uma elite não apenas pela posição institucional que ocupa, mas também no que se refere aos atributos que figuram como extremamente importantes para ter acesso ao topo das posições políticas.

Já em relação à ocupação profissional, essa variável compartilha da mesma importância da escolaridade e recebe uma grande atenção nos estudos sobre elites (RODRIGUES, 2002). A ocupação sócio-profissional permite responder, entre outras questões, se existem profissões que favorecem o acesso às posições de poder. Cabe ressaltar a diferença entre *formação* e diploma de *ocupação real*, pois as duas coisas podem não coincidir. Analisamos a trajetória da elite empresarial a partir da ocupação que os entrevistados exerceram por mais tempo *antes* de chegarem à presidência da entidade de representação em que se encontravam. As ocupações exercidas pelos entrevistados se limitavam a apenas duas funções, *executivo de empresa* em três casos e a de *proprietários urbanos* em dois.

Aqui, a ocupação de *executivo de empresa e proprietário urbano* aparece como um atributo mais do que fundamental para se chegar a posições de representação empresarial.

Por fim, a trajetória política é um elemento fundamental do estudo sobre recrutamento, uma vez que permite descobrir se existe um caminho que um indivíduo deve seguir para alcançar determinados postos políticos, ou seja, por quais instituições ele deve passar antes de atingir posições de poder.

Essa parte do trabalho foi guiada pelas seguintes questões: “O Sr. já assumiu algum cargo político ou administrativo público, eletivo ou não?”; “O Sr. já assumiu algum cargo ou foi membro de outras entidades, sejam de representação empresarial ou de qualquer outra natureza?”; “Atualmente o Sr. ocupa cargo ou é membro de outras entidades, sejam de representação empresarial ou de qualquer outra natureza?” e “Em relação à filiação a partidos políticos, qual (is) o Sr. já foi ou está filiado?”.

Observamos primeiramente que os membros da elite empresarial paranaense pouco participam ou participaram de cargos públicos. Apenas um possuiu cargo público não eletivo. Quanto ao pertencimento a partidos políticos, 3 dos 5 foram filiados. Esse número cai em sua totalidade quando perguntados se *atualmente* pertencem a algum partido político.

Em contrapartida, observamos um alto grau de participação em entidades de representação empresarial. Todos os entrevistados possuíram cargos de direção em outras entidades ou nas próprias entidades em diretorias anteriores. Isso indica a importância da ocupação de cargos de diretoria anteriores, em especial, o cargo de presidente, o que, por um lado, sugere que a trajetória dentro de setores de representação empresarial é importante na medida em que faz parte do recrutamento de postos de comando mais altos, como é o caso da presidência das entidades. E por outro, indica uma alta capacidade política por parte dos membros da elite empresarial, seja enquanto experiência na obtenção dos votos dos filiados à entidade, seja na própria gestão e administração desta. Por fim, essa experiência pode ser verificada através do período em que os entrevistados estiveram à frente de entidades de representação empresarial, o qual gira em torno de 25 anos.

4 - A cultura política da elite empresarial paranaense

Tratados os aspectos gerais sobre recrutamento e trajetória política, apresentaremos agora os dados sobre os valores políticos que a elite empresarial compartilha, especialmente, aqueles relacionados aos seguintes temas: concepção sobre os aspectos gerais da democracia, funcionamento e confiança nas instituições democráticas, consolidação da democracia no Brasil e opiniões frente à reforma política.

Em primeiro lugar, os dados sobre os aspectos gerais da democracia são interessantes para perceber o grau de coesão dessa elite. Os entrevistados foram perguntados sobre algumas características gerais do sistema democrático e em que medida essas características seriam importantes para o bom funcionamento da democracia. Apresentaremos os dados de forma agregada, sem a identificação dos entrevistados, conforme lhes foi assegurado.

A participação da população nos processos decisórios é vista pelos entrevistados como essencial e necessária à democracia. As justificativas se deram pelo fato da participação se mostrar um princípio democrático, e que é papel dos cidadãos acompanhar as ações dos governantes, e por último, isso funcionar como um meio de consolidação da democracia. As ressalvas se deram pela dificuldade de submeter todos os temas à discussão coletiva, mas que as linhas gerais sim, essas deveriam ser o máximo possível compartilhadas por toda sociedade.

Outro ponto importante foi a adesão da população aos valores democráticos, vista como essencial e necessária e justificada pela idéia de que a adesão a esses valores poderia levar a uma maior participação da população na vida política. Já em relação à competência administrativa por parte dos governos, esta é vista como essencial e necessária. As opiniões se justificaram, por um lado, no entendimento de que a competência administrativa deve ser uma *obrigação* por parte dos governantes para com o bem público, e por outro, que a falta deste tipo de competência levaria a um enfraquecimento da democracia, acabando até por criar terreno para soluções não democráticas.

O respeito às autoridades constituídas se dá de forma unânime e as justificativas foram no sentido de que o respeito é um princípio hierárquico que mantém a *ordem* e faz a democracia funcionar. Mas, há a ressalva de que esse respeito só deve ser mantido enquanto as autoridades constituídas forem dignas de tal. Quando não merecerem mais tal respeito, elas devem ser destituídas, o que deveria ocorrer sempre dentro do devido processo legal.

Outro aspecto analisado foi a liberdade de mercado e iniciativa. Esse item aparece como essencial e necessário à democracia. As justificativas são de que o Estado deve cuidar apenas dos setores básicos, como saúde, educação e habitação e que dentro do sistema capitalista a liberdade é fundamental. Há a ressalva de que essa liberdade não deve ser ilimitada, mas estar sempre sobre o controle dos dispositivos legais.

Por último, questionou-se sobre a importância do equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo. As justificativas foram de que o equilíbrio seria essencial e necessário já que evitaria possíveis crises políticas, mantendo assim a harmonia entre os poderes. A falta desse equilíbrio foi exemplificada pelo fato do Executivo legislar cada vez mais, sendo que essa seria uma atribuição específica das instituições legislativas, o que compromete o bom funcionamento do sistema democrático.

A adesão à democracia por parte da elite empresarial situa-se em níveis muito altos. Quando perguntados se a democracia é a melhor forma de governo para solucionar crises, as respostas foram unânimes. Apesar dos problemas que o sistema democrático possui, ele é considerado a melhor forma de governo possível. As justificativas foram de que a democracia permite a conciliação das partes através do entendimento, os problemas políticos sempre tiveram saídas políticas.

Ainda em relação às instituições democráticas, confrontamos os entrevistados com a seguinte questão: se fosse necessário optar entre o bom funcionamento das instituições *políticas* ou o bom funcionamento das instituições *econômicas*, qual o senhor escolheria? As respostas na sua totalidade foram pelo bom funcionamento das instituições políticas, justificadas pelo fato de que o bom funcionamento das instituições políticas é o pré-requisito para a estabilidade e o bom funcionamento das instituições econômicas. Houve por parte de um entrevistado a afirmação de que, numa eventual situação que envolveria escolher entre o bom funcionamento das instituições econômicas ou políticas, o bom funcionamento *apenas* das instituições econômicas poderia funcionar como uma porta que levaria a um estado autoritário, no qual poderiam ser garantidas as condições econômicas para a população, mas suprimidas suas liberdades individuais e políticas. Poderíamos supor, guardadas as devidas proporções, que nesse caso há uma maior inclinação a aspectos relacionados às liberdades políticas do que com relação à igualdade, no sentido mais econômico.

Quanto à possibilidade de uma reforma nas instituições políticas representativas e a possibilidade disso mudar a forma como o governo toma as decisões econômicas, os entrevistados se mostraram bastante confiantes. A reforma política foi vista como extremamente necessária. Segundo os empresários, essa mudança poderia facilitar a cobrança dos eleitos, bem como contribuir na solução de erros, levando assim a um maior aperfeiçoamento das instituições.

Quando perguntados se a democracia brasileira estaria consolidada e por isso, pouco sujeita a crises que poderiam levar ao seu abandono, as respostas dos empresários foram de que a democracia brasileira está sim consolidada, que há problemas pontuais relacionados à qualidade dos representantes, apesar disso as justificativas foram de que a sociedade em geral está atenta aos rumos do país e que nem mesmo o quadro institucional interno, nem mesmo o cenário mundial, permitiria mudanças autoritárias nos rumos da democracia brasileira.

Feitas as considerações sobre alguns aspectos gerais da concepção de democracia, verificaremos agora questões relativas ao grau de confiança do empresariado frente às instituições democráticas. Essa parte do trabalho abrange uma vasta literatura. São dois os pressupostos que regem essa parte da cultura política: o primeiro, a cultura política, e em especial o conceito de confiança, funcionaria como um elemento que facilitaria a consolidação e estabilidade do regime democrático; o segundo, a cultura política seria um

fator que diminuiria a incerteza provocada pelos riscos da ação coletiva, o que sem dúvida é interessante quando se estuda um grupo com ações articuladas constantes (PUTNAM, 2002; ALMOND e VERBA, 1989).

Quanto ao grau de confiança da elite empresarial paranaense em relação às instituições políticas, em especial as do Executivo, a Presidência da República recebeu uma avaliação entre confiável e pouco confiável e as justificativas foram de que a economia brasileira vai bem, mas que há um desequilíbrio entre os setores, uns recebendo mais atenção por parte do Executivo federal do que outros. O governo do Estado foi mal avaliado pela quase totalidade dos entrevistados. As justificativas foram de que a sua atuação não foi satisfatória e, em certo sentido, até mesmo de caráter populista, embora um candidato tenha avaliado positivamente, visto que o governo do Estado teria se mostrado um parceiro do empresariado. Por último, a Prefeitura de Curitiba aparece entre confiável e pouco confiável, as respostas indicam uma satisfação com o Executivo municipal, no sentido que a cidade de Curitiba sempre teve um histórico de bons prefeitos, que atualmente as demandas continuam sendo atendidas e que a prefeitura tem tomado com seriedade boas decisões.

No que tange às instituições jurídicas (poder Judiciário federal e estadual, Ministério Público Federal e Estadual), as instituições foram bem avaliadas pela quase totalidade dos entrevistados. As justificativas foram de que as instituições estão cumprindo seus objetivos, embora alguns entrevistados confirmam não possuir conhecimentos suficientes sobre estas instituições. As ressalvas foram de que as instituições jurídicas são pouco efetivas e que freqüentemente aplicam sentenças equivocadas.

Por outro lado, as instituições legislativas não partilharam da mesma avaliação positiva que as instituições jurídicas. O Senado e a Câmara Federal foram avaliados como pouco confiáveis e no máximo confiáveis. As justificativas foram de que o Senado e a Câmara Federal estão partidarizados e que as decisões são tomadas mais em função dos objetivos individuais e partidários do que em função das necessidades da nação, e que o legislativo federal possui pouca efetividade no cenário político. Essa afirmação foi seguida de que os órgãos legislativos federais são formados por uma representação muito ruim, ou seja, de políticos de pouca qualidade. Ainda em relação às instituições legislativas, o Assembléia Legislativa recebeu uma avaliação dispersa, mas

predominantemente negativa. As justificativas dos entrevistados se deram em função da instituição possuir inúmeros problemas internos e não ter uma boa atuação.

Quanto aos partidos políticos, as avaliações dos entrevistados em relação ao grau de confiança foram divergentes. Os partidos políticos receberam repostas dispersas, mas predominantemente negativas. As justificativas foram de que, na sua maioria, os partidos possuem plataformas muito vagas, não possuem estruturas e que geralmente as alianças entre os partidos são incoerentes com as suas propostas originais.

Por último, em relação às próprias entidades de representação empresarial, foram avaliadas com um alto grau de confiança. Esse grau de confiança maior do que o visto em outras instituições pode ser explicado, pois estamos falando de um grupo limitado, formado por um processo de socialização comum e que dentro das suas atribuições enquanto presidentes de entidades de representação empresarial possuem ações articuladas entre si. Socialização comum e ações articuladas são pré-requisitos para o aumento da confiança mútua. Esses dois fatores explicam o porquê do maior grau de confiança nas entidades de representação empresarial do que, por exemplo, nos partidos políticos.

Como vimos anteriormente, a maneira como os indivíduos avaliam o desempenho das instituições acaba por influenciar diretamente o grau de confiança ou desconfiança nessas mesmas instituições. Veremos agora, a avaliação do empresariado frente ao desempenho das seguintes instituições: Presidência da República, Governo do Estado, Banco do Brasil, BNDES, Banco Central, Sistema Partidário e Sistema Eleitoral.

Com relação à Presidência da República, seu desempenho foi avaliado como satisfatório, embora tenha havido uma avaliação ruim e uma boa. Os entrevistados avaliaram a Presidência a partir de seu desempenho econômico, que, apesar de positivo, teria sido fruto de ações de governos anteriores. Embora a Presidência da República tenha sido criticada por se aproveitar de propagandas de programas assistenciais como meio de obter popularidade, confundindo assim a população e deixando projetos nacionais de lado, ela foi bem avaliada no sentido de ter sido uma administração acima da média.

Já a avaliação do governo do Estado é vista quase na sua totalidade como ruim. As justificativas foram de que o governo foi também populista e com uma administração letárgica. A avaliação positiva foi no sentido de que o governo do Estado tem se mostrado um grande parceiro do empresariado paranaense.

Sobre as instituições econômicas, o desempenho do Banco do Brasil foi avaliado como bom e satisfatório, visto como um banco parceiro nas demandas empresariais, muito fortalecido pela política financeira brasileira. A avaliação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi avaliado de maneira relativamente positiva, a instituição foi defendida por ser a única agência de fomento do Brasil. Houve, entretanto, críticas quanto ao banco favorecer determinados setores em detrimento de outros. O Banco Central é bem avaliado pelo fato de desempenhar bem o seu papel controlando a inflação, mesmo que a partir da manipulação dos juros altos.

Em relação ao funcionamento do sistema partidário e do sistema eleitoral, estes, receberam avaliações dispersas. As avaliações do sistema partidário que predominaram foram as de satisfatórias e no máximo ruins. O mesmo ocorre em relação ao sistema eleitoral. As críticas foram de que os partidos políticos não possuem nenhum tipo de ideário e que estão mais preocupados com seus ganhos do que com o Estado como um todo. Houve uma avaliação positiva no sentido operacional do sistema eleitoral, este, foi avaliado como bom por ser seguro, rápido e eficiente. A insatisfação em relação ao sistema eleitoral por parte dos entrevistados foi seguida pela indicação da necessidade de uma reforma política, sugerindo, por exemplo, que a implementação do sistema distrital aumentaria o grau de responsividade dos governantes, aumentando assim, a relação entre eleitos e eleitores.

Perguntados sobre a reforma política os entrevistados se mostraram coesos com relação aos temas fundamentais que permeiam o debate, como voto obrigatório, financiamento público de campanhas, constituinte exclusiva, entre outros. A seguir trataremos dos pontos levantados, bem como as justificativas das posições tomadas.

Com relação ao financiamento público de campanha a maioria dos entrevistados se mostrou a favor, as justificativas foram de que o financiamento público poderia dar mais transparência aos partidos políticos. As duas avaliações que se posicionaram contra afirmaram que já existe, por exemplo, o horário gratuito de campanha e que os partidos devem buscar doações a partir da mobilização do seu eleitorado não nos cofres públicos.

No que tange ao debate sobre voto distrital, os entrevistados na sua totalidade se mostraram a favor, as afirmações foram acompanhadas de justificativas indicando que o voto distrital poderia levar a uma maior responsividade e representatividade por parte dos eleitos.

A fidelidade partidária é vista por todos os entrevistados como uma obrigação por parte dos candidatos em relação aos partidos. Os entrevistados também entendem que o fim da reeleição para cargos do Executivo é necessário, as justificativas foram que os segundos mandatos são sempre ruins. Os entrevistados também são em sua totalidade a favor do fim do voto obrigatório, as justificativas foram de que simplesmente o Brasil está preparado e sua democracia consolidada, e por isso o voto deve ser livre, caso contrário, a obrigação tira a liberdade dos indivíduos. Por último, quanto à necessidade de uma constituinte exclusiva para votar a reforma política os entrevistados se mostraram a favor. A justificativa foi a de que atualmente nem a oposição, nem a situação desejam fazer a reforma política.

5 - Os padrões de ação política da elite empresarial paranaense

Por fim, em relação aos padrões de ação política, averiguamos os aspectos gerais de suas estratégias de defesa de interesses frente ao conjunto do empresariado e ao Estado, bem como as ações que se pretende adotar em relação aos cargos que estão em disputa nas próximas eleições.

Quando perguntados se a representação dos interesses da entidade se dava de forma isolada ou articulada com outras entidades, as respostas foram de que geralmente as ações se davam de forma articulada com outras entidades, mas houve quem declarasse que as ações se davam isoladamente, o que sugere que essa forma de ação não é única.

Quanto às formas de representação empresarial, perguntamos aos entrevistados se haveria a necessidade de uma entidade que representasse o conjunto dos interesses de todo os setores do empresariado brasileiro frente ao Governo e à sociedade, houve posições tanto favoráveis como contrárias a esse tema. O argumento dos favoráveis se refere à integração entre os setores diferentes, o que daria mais força ao empresariado brasileiro, já os contrários, acreditam que pela multiplicidade de interesses, a representação única não se daria. Podemos perceber que sobre esse tema ainda não há um ponto de convergência entre as entidades, sendo que algumas realizam suas ações articuladas e acreditam que uma entidade maior de representação é necessária, outras já descartam a idéia de uma entidade única, e geralmente realizam suas ações isoladamente.

Todos os entrevistados concordam que há a necessidade do empresariado formular um projeto seu para o Estado e a sociedade brasileiros, o que indica a

importância a que eles se atribuem, em especial, no que se refere ao seu papel no desenvolvimento do Estado brasileiro.

Ainda sobre as práticas políticas, os entrevistados afirmaram que o *Lobby* é mais eficaz que o financiamento de campanha na defesa dos interesses da entidade. Já no que se refere às ações que as entidades pretendem adotar em relação aos cargos disputados nas eleições de 2010, a maioria dos entrevistados afirmaram que devem direcionar suas ações especialmente para os candidatos a cargos do Executivo.

Perguntamos também aos entrevistados como se dariam as relações da sua entidade com algumas instituições estatais, levando em conta as formas de contatos, o grau de sucesso e os principais assuntos tratados. Verificamos que praticamente todos têm ação intensa no Executivo estadual, avaliam tal ação como bem sucedida e utilizam todos os canais disponíveis, predominando os contatos pessoais. Já em relação ao Legislativo estadual, a situação praticamente se inverte e predominam os contatos de natureza pessoal, embora no Congresso Nacional os canais utilizados são também os mais formais. Cabe lembrar, que estamos analisando entidades de representação empresarial de nível regional, e que por isso, estão mais próximas dos centros de decisões estaduais, o que explica os meios de contatos pessoais.

Já no que se refere ao âmbito nacional, há também uma intensa relação com o Executivo, seja com o Presidente da República, seja com o seu Vice, com o Ministro da Fazenda ou Ministros mais próximos, como é caso de Paulo Bernardo da pasta do Planejamento, além de outros órgãos do Governo Federal. Os temas geralmente estão relacionados com a defesa do setor que a entidade representa, em especial, projetos de lei contrários ao segmento empresarial representado.

Em relação ao Banco do Brasil e ao BNDES, poucas entidades atuam, mas as que o fazem julgam suas ações bem sucedidas. Os temas tratados, o que não poderia deixar de ser, são especificamente econômicos, relacionados a financiamentos dos setores representados.

Em relação ao legislativo, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, praticamente todos possuem algum tipo de relação, embora poucas entidades realizem essa atividade frequentemente já que essas relações se dão, predominantemente, sobre matérias legislativas de interesse dos setores empresariais. Quanto às formas de contato, geralmente se dão através das bancadas paranaenses e do que eles definiram como frente parlamentar da micro-empresa no Congresso Nacional.

O fato de que estes padrões de ação política decorrem das diferenças de importância destes poderes no processo decisório, não permite desconsiderar que a ação das entidades empresariais não tende, nem pretende, alterar, mas, ao contrário, reforça um aspecto institucional da democracia brasileira, ou seja, o desequilíbrio entre os poderes Legislativo e Executivo.

Observa-se também que a agenda de assuntos tratados é praticamente a mesma em todos os poderes e níveis e revela que se trata exclusivamente de assuntos ligados ao dia-a-dia das empresas, o que demonstra a ausência do debate sobre as instituições políticas e a reforma política. Sabemos que isso se deve muito ao fato de que nenhum dos dois poderes colocou, de fato, a questão da reforma política, mas mostra também que, se depender da iniciativa destas entidades, tal assunto não entra em debate. Enfim, ao lado da avaliação de que as ações, nos dois poderes e nos âmbitos estadual e nacional, são em geral bem sucedidas, isso confirma a tese de que, embora insatisfeitos, a elite empresarial o é em grau muito menor do que a população em geral, como indicam as pesquisas de Carneiro e Moisés (2009), e em função disso, tende a não atuar no sentido de promover alterações nos aspectos institucionais da democracia brasileira.

Em relação a este aspecto, a iniciativa da *Rede de Participação Política*, criada e sustentada pela FIEP e pela FACIAP é uma exceção que confirma a regra. A nosso ver, o menor grau de insatisfação e a avaliação positiva sobre os resultados das ações junto ao poder público está longe de corroborar qualquer perspectiva que aponte para um controle do poder e das instituições políticas pelos empresários, mas sim que estes têm uma visão realista da forma de funcionamento do processo decisório nas democracias, ou seja, que ser bem sucedido significa mais que suas proposições foram consideradas do que automaticamente implementadas pelos governantes.

Considerações finais

O primeiro aspecto a ser observado é de ordem teórica e metodológica. A contribuição teórica se deu no sentido de analisar e articular, no estudo da elite empresarial, um grupo de variáveis relacionadas a três dimensões, a saber, recrutamento, cultura política e padrões de ação política de um ator tão importante na democracia contemporânea como o empresariado, levando em conta mais a sua dimensão *política* do que sua dimensão *econômica*.

Isso não significa, entretanto, que deixamos de lado atributos como poder ou representação econômica, o que seria um tanto quanto contraditório, já que estamos falando de um grupo que possui ou controla os meios de produção ou o capital. Mas sim que a ênfase deste trabalho se deu mais na compreensão da formação e do comportamento desses indivíduos enquanto membros da elite empresarial e por isso, atores políticos. Isso, sem dúvida, encontra lugar nos pressupostos da teoria das elites, qual seja, de tomar como objeto de análise os que são lançados ao topo de uma hierarquia, e que por ocuparem posições estratégicas de poder, acabam influenciar decisivamente os órgãos de decisão do Estado.

O segundo ponto é o que difere nosso trabalho da maioria dos estudos sobre o tema, ao analisar a dimensão *qualitativa* das respostas, ou seja, aquelas informações que permitem compreender as motivações subjetivas dos posicionamentos tomados, dando maior riqueza de detalhes a respeito das atitudes e comportamentos verificados, e que permite chegar mais perto dos motivos dos indivíduos nos seus posicionamentos.

Por fim, dentro dos limites atuais de nossa pesquisa, enunciamos abaixo as principais conclusões a que podemos chegar a respeito do recrutamento, dos valores em relação à democracia e dos padrões de ação política por parte da elite empresarial brasileira.

Quanto aos resultados obtidos, em especial o recrutamento, podemos dizer que a elite empresarial paranaense é altamente *homogênea*, formada predominantemente por homens, brancos, católicos e com uma faixa etária entre 50 e 80 anos, e que figuram com um índice de educação altamente elevado, com todos os entrevistados possuindo ensino superior completos, nas áreas e curso mais tradicionais, sendo que apenas um não possui pós-graduação. Esses resultados indicam uma origem social comum que tende a uma socialização comum. Em suma, essas informações confirmam que se trata de uma elite homogênea, com um padrão de recrutamento fechado. Se fizermos uma comparação com os resultados de pesquisas anteriores (COSTA e ENGLER, 2008), percebemos que entre os anos de 1995 a 2005 e o ano de 2010, a elite empresarial paranaense se mostrou altamente homogênea, o que sugere que praticamente não houve mudanças quanto ao padrão de recrutamento mantido ao longo desses quase 15 anos contemplados pelas duas pesquisas.

Uma característica de elite é evidenciada quando comparamos os entrevistados com a população paranaense ou mesmo com outras elites dentro desse estado,

observamos algumas diferenças. Em relação ao sexo, a divisão da população paranaense é muito equilibrada havendo 50,47% de homens e 49,53% de mulheres. Já em nossa elite, a total ausência de mulheres. Outro ponto é em relação à raça. Apesar do estado do Paraná não ter uma taxa alta de negros (2,84%) e pardos (18,25%), ainda assim ocorre uma super-representação de brancos. Nesses dois aspectos, a elite empresarial paranaense se aproxima muito da elite partidária paranaense, composta pelos presidentes dos partidos mais importantes, pois é a única elite estudada que se caracteriza predominantemente por homens brancos, enquanto que em outras elites, como a parlamentar, composta pelos deputados estaduais, há ocorrências de mulheres (4,3%). A presença feminina é ainda maior na elite político-administrativa, composta por aqueles que ocuparam cargos nas secretarias estaduais e em algumas empresas estatais, com 16,4%.

O grau de escolaridade da elite também é discrepante quando comparado ao restante da população do estado e também com as outras elites. Apenas 9% da população possui alta escolaridade, com 46% média escolaridade e 45% baixa escolaridade. Ao compararmos com as outras elites, a empresarial também é a mais escolarizada, pois a político-administrativa tem 90,4% dos seus membros com alta escolaridade, a partidária com 71,4% e a parlamentar com 59,4%⁶.

Em relação à trajetória, a elite paranaense pouco participou de cargos públicos, em contrapartida, observamos um alto grau de participação em entidades de representação empresarial, que é em média 25 anos. O que ocorre aqui é o afastamento da atividade política pública, uma alta experiência e quase uma *profissionalização* na ocupação de cargos de direção de entidades de representação empresarial. Em suma, as *vias de acesso* tendem a ser restritas à experiência da gestão de outras entidades. O que é um dado que tende reforçar a idéia de que houve poucas mudanças quanto à trajetória da elite empresarial paranaense, para isso basta compararmos novamente os dados de trajetória obtidos aqui com nosso trabalho anterior (COSTA e ENGLER, 2008), que já confirmava uma predominância quanto ao distanciamento dos cargos políticos e uma maior ocupação de cargos de direção empresariais, em especial a de presidência.

Ao compararmos a elite empresarial tratada neste trabalho, com alguns estudos de elite econômica internacional, observamos algumas semelhanças. Utilizaremos, nesse

⁶ Os dados populacionais foram retirados do IBGE, 2000. Os dados sobre as elites políticas paranaenses foram retirados das pesquisas realizadas no NUSP-UFPR.

caso, o estudo realizado por Pohlmann e outros (2010) sobre o caso alemão, embora utilize o conceito de *elite econômica*, considerada a partir do critério da ocupação dos postos principais em grandes empresas industriais. De acordo com este estudo, uma grande parte dos empresários é recrutada nas altas camadas sociais, tendo uma origem social comum e já tendo uma trajetória familiar ligada a atividade empresarial. Apesar do recrutamento fechado, colocam um peso muito maior na trajetória e carreira dos empresários, sendo esse o atributo mais importante para a entrada na elite ou não. Também se verificou que a educação é uma característica muito importante, e com destaque para os cursos superiores de Ciências Econômicas e Engenharias, também evidenciados pela nossa pesquisa.

Quando consideramos os valores políticos, verificamos que a elite aqui estudada, além de ser homogênea, demonstra um alto grau de *coesão*, expresso em aspectos como a grande adesão à democracia, a consideração de que a participação popular é um princípio cívico e também em relação à consolidação da democracia no Brasil. Os aspectos a seguir também corroboram esta tendência à *coesão*, embora isso não possa ser tomado como consenso nem desconsiderar a importância sociológica das eventuais divergências.

Os entrevistados entendem que o Estado deve cuidar de algumas questões, como saúde, segurança e educação, e também consideram a estabilidade política como condição necessária para a estabilidade econômica. Sobre a reforma política, estão confiantes tanto na sua necessidade quanto no seu êxito, trazendo melhorias para todos.

Se compararmos um ponto especial da pauta da reforma política, a saber, o fim da reeleição para cargos do executivo entre os dados obtidos na nossa pesquisa com pesquisas de nível nacional (COSTA, 2010) verificou-se que há uma divergência quanto às posições tomadas em relação a esse ponto. Enquanto a elite empresarial “nacional” vê como positivo e até defende a permanência da reeleição para cargos do Executivo, a elite empresarial paranaense tende a vê-la de forma negativa, defendendo a extinção das reeleições para esses cargos. Esse é sem dúvida um ponto interessante que remete a importância da verificação das divergências, a despeito da coesão, e que merece análises posteriores mais cuidadosas.

Como observamos acima, a ação política dos entrevistados tende a ser mais intensa no Executivo Federal, que por sua vez, é muito bem avaliado, tendo um alto grau de confiança, bem como um desempenho bom a satisfatório. Este ponto é um indício da cultura política orientando a ação. No caso do poder Legislativo, independente do nível,

não foi bem avaliado, mas sim associado com corrupção, nem foi muito procurado para a ação das entidades. Em relação à avaliação sobre este poder, os membros desta elite parecem ter uma visão ainda maniqueísta em relação à natureza da prática parlamentar das democracias contemporâneas, e não apenas do caso brasileiro, ou seja, o fato de ser um espaço de disputas por excelências partidárias e fortemente marcadas pelos objetivos específicos de seus membros. O Executivo Estadual e Municipal também não ganhou destaque na plataforma de ação das entidades, bem como na avaliação dos seus presidentes sobre essas instituições.

A cultura política mais liberal e democrática expressada por esta elite, reflete na sua ação, pois consideram saudável a disputa entre os setores da indústria, respeitando a pluralidade de interesses. Mas, se esta elite expressa preceitos *liberais* no que diz respeito às suas atitudes frente à questão da relação entre Estado e mercado, não deixa de sê-lo igualmente *liberal* no sentido da adesão aos valores democráticos e às suas instituições. Também dão importância ao papel do empresariado dentro do regime democrático, como um ator fundamental. A prática mais utilizada ainda é o *Lobby*, que em outras democracias é uma ação comum e regulamentada, sendo que no Brasil, ainda não há leis para este tipo de representação.

Enfim, a análise dos valores e dos padrões de ação política desta elite empresarial indica que ela tende a se constituir como uma importante base social da democracia brasileira nos dias de hoje, o que não é irrelevante, dada a participação dos empresários na sustentação de regimes políticos autoritários na história brasileira recente. Mas, nosso estudo indica também que este papel importante na sustentação da democracia brasileira não tende a desembocar em ações firmes e concretas quanto ao aperfeiçoamento das suas instituições políticas, restringindo-se ao processo cotidiano de articulação com as autoridades e órgãos governamentais para articular interesses específicos e de curto prazo.

Ao comparar a elite empresarial paranaense, com a elite empresarial nacional (COSTA, 2010), observamos uma tendência dessa elite a ter um alto grau de adesão a democracia, sendo muito maior que a população em geral. Ao dar valor ao regime democrático, o empresariado também percebe a sua importância como ator político, pois ambas as elites tem procurando, mesmo que de forma ainda tímida, atuar mais intensamente na política. Essa atuação é considerada importante, também por outro aspecto, visto que os entrevistados consideram a estabilidade política uma condição para

a estabilidade econômica. A elite nacional não teria interesse na criação de uma entidade que representasse todos os empresários, já no Paraná, as opiniões são divergentes tendo tanto entrevistados que consideram importante essa *peak association*, quanto não acreditam que, frente à pluralidade de interesses empresariais, uma entidade conseguiria conjugar todos.

Por último, os resultados permitem também algumas especulações com importantes implicações teóricas a serem desenvolvidas em estudos posteriores. De um lado, a elite como representante não apenas no sentido formal da ocupação dos cargos de representantes, mas enquanto uma manifestação ou uma projeção do coletivo que está sendo representado, permitindo especular sobre a questão da classe social subjacente a esta elite. E, de outro, correlatamente ao primeiro, a consideração do estudo de uma elite como forma de analisar a classe ou grupo social específico do qual esta elite decorre. Por fim, a consideração de variáveis relacionadas a recrutamento e valores políticos é importante para a análise da ação política, assim como esta se coloca como uma forma de verificar e dar mais pertinência aos estudos sobre recrutamento e valores políticos.

Icaro Gabriel da Fonseca Engler é mestrando em Ciência Política e pesquisador do *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira* (UFPR). *Paulo Roberto Neves Costa* (paulocosta@ufpr.br) é professor de Ciência Política (UFPR), coordenador do *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira* e editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política*. *Tiago Junior Roks* (tiagoroks@yahoo.com.br) é graduando em Ciências Sociais (UFPR), pesquisador do *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira* e bolsista Iniciação Científica – PIBIC/CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G. e VERBA S. *The civic culture - Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. California: Sage Publications, 1989.
- BARTELL, E. & PAYNE, L. A. 1995. *Business and Democracy in Latin America*. Pittsburg, University of Pittsburg Press.
- BISHIN, B. G., BARR, R. R. and LEBO, M. J. 2006. *The impact of economic versus institutional factors in elite evaluations of presidential progress toward democracy in Latin America*. *Comparative Political Studies*, volume 30, number 10.
- CARDOSO, F. H. 1964. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel.

- CARDOSO, F. H. 1964. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo : Difel.
- CARDOSO, F. H. 1967. “**Las elites empresariales en America Latina**. In, LIPSET, S. M. e SOLARIS, A. E. **Elites y desarrollo en America Latina**, Buenos Aires: Paidós.
- CARVALHO, José Murilo de. 1996. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume Dumará.
- COSTA, P. R. N. “**Empresariado, instituições democráticas e reforma política**”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº28, 2007.
- COSTA, P. R. N. 2005a. **Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, nº 57, pp. 109-126, fevereiro.
- POHLMANN, M., LIEBOLD, R., BÄR, S., SALLMON, C., SCHANNE S. and SCHMIDT, G. 2010. **A elite econômica na mudança social**. Universidade de Heidelberg, Alemanha. *Mimeo*.
- COSTA, P. R. N. 2005b. **Como os empresários pensam a política e a democracia**. *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº 2, pp. 422-449, outubro.
- COSTA, P. R. N. e ENGLER, I. J. F. 2008. “**Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005)**”. *Opinião Pública*, vol.14, número 2, Novembro/Dezembro, Campinas.
- DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.
- DINIZ, E. e BOSCHI, R. 2007. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/IUPERJ.
- DURAND, Francisco. 2002. “**Business and the Crisis of Peruvian Democracy**”. *Business and Politics*, v. 4, nº 3.
- GIDDENS, A. “**Elites in the British Class Structure**”. In: STANWORTH, P. e GIDDENS, A. (eds.). *Elites and power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- INGLEHART, R. 1988. **The renaissance of political culture**. *American Political Science Review*, vol. 82, nº 4, December.
- KELLER, Suzanne. **Mas Allá de La clase dirigente**. Madrid: Editorial Tecnos, 1971.
- LOVE, J. L. 1982. **A locomotiva**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARTINS, L. 1968. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro : Saga.

- MILIBAND, R. 1982. *Resposta a Nicos Poulantzas*. In: R. BLACKBURN (org.), *Ideologia na Ciência Social*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MILLS, C. W. **A elite do poder: militar, econômica e política**. In: FERNANDES, H. R. (org.). *Wright Mills*. São Paulo: Ática, Coleção “Grandes Cientistas Sociais”, 1985.
- MOISÉS, J. A., CARNEIRO; G. P. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil**. *Opinião Pública*, vol. 14, número 1, Junho, 2008, Campinas.
- PAHL, R. E. e WINKLER, J. T. 1974. **The economic elite: theory and practice**. In GIDDENS, A. and STANWORTH, P. (eds.) *Elites and Power in British society*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- PUTNAM, R. D. **The Comparative Study of Political Elites**. New Jersey: Prentice Hall, 1976.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo, Edusp, 2002.
- WRIGHT MILLS, Charles. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.